



INFORME

CPATSA

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

Centro de Pesquisa Agropecuária do Tropic Semi-Arido - CPATSA

ANO II Nº 23

PETROLINA - PERNAMBUCO

Novembro de 1995



FOTO CEDIDA POR VINCENT DOLLE

Agricultura Familiar reúne pesquisadores de todo país

(Leia págs. 02, 03, 04, 05, 06)

Toma posse o novo Chefe Geral

O pesquisador Manoel Abílio de Queiróz tomou posse como Chefe Geral do CPATSA, no dia 10 de novembro e afirmou que sua gestão estará baseada em quatro agás: humildade, honestidade, harmonia e humor. Ele criticou a imagem sofrida e miserável que se faz da Região Nordeste, em especial, da sua zona semi-árida. O crescimento experimentado pelos quinze polos de irrigação, dentre eles o representado por Juazeiro e Petrolina, revelam o quanto tem de equivocada essa imagem.



Manoel Abílio discursa durante solenidade de posse.

Ele destacou o grande porte institucional do semi-árido, formado por 1.000 prefeituras, 2.000 técnicos dos sistemas estaduais de pesquisa e extensão, 600 professores de escolas de Agronomia e Agrotécnica, além de órgãos vinculados aos estados da região. Para o novo Chefe Geral, isso representa uma importante infraestrutura que pode otimizar os recursos empregados para desenvolver o semi-árido. O CPATSA, na sua opinião, deve atuar como catalizador dessa infra-estrutura, estimulando formas mais inovadoras e criativas de trabalho.

Manoel Abílio considera fundamental, então, a consolidação de uma massa

crítica no semi-árido. Este, é marcado por características diferentes do restante do país e que precisa ser compreendido em toda a sua complexidade e possibilidades de desenvolver-se. Em muitas áreas da pesquisa há carência de pessoal. Assim, é necessário que as instituições instaladas na região implantem um forte programa de treinamento de pós-graduação e doutorado para seus técnicos.

Manoel Abílio destacou, em seu discurso de posse, a interação da pesquisa com as forças políticas.

Segundo ele, isso é fundamental para remover obstáculos à implantação e desenvolvimento de soluções técnicas eficientes para os problemas do semi-árido. No discurso, ele ainda enfatizou a iniciativa privada como grande impulsionadora do desenvolvimento, com que o CPATSA deverá estabelecer parcerias abrangentes.

João Vitorino

EDITORIAL

A inclusão da agricultura familiar dentre os seus programas de pesquisa, coloca a EMBRAPA como interlocutora importante no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira. Este segmento da agricultura representa 2,5 milhões de estabelecimentos rurais e ocupa 7,5 milhões de pessoas (30% do total ocupado). Às voltas com dificuldades estruturais extremas, as pequenas unidades agrícolas familiares conseguiram estabelecer estratégias de funcionamento dos seus sistemas produtivos de forma que apresentam índices de ocupação de mão-de-obra e produção expressivos. Características suas como ênfase na diversificação da produção, procurando conciliar parâmetros econômicos, sociais e ecológicos, revelam-se adequados aos novos patamares de desenvolvimento que o país quer alcançar. A EMBRAPA pretende obter maior conhecimento sobre a agricultura familiar, que favoreça a inovação tecnológica por parte dos agricultores e subsidie a formulação de políticas públicas de valorização do meio rural.

O 1º Seminário do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar, que a EMBRAPA realiza, pretende colocar a empresa, de maneira mais profunda e abrangente, frente às necessidades desse setor agrícola. A sua emergência nas discussões sobre soluções para problemas que o país enfrenta (migração campocidade, desemprego, concentração de renda) provoca questões de natureza teórica e institucional. Relegada, historicamente, pelas políticas governamentais - inclusive pela pesquisa - a agricultura familiar carece de conhecimento que afirme sua ampla condição de responder satisfatoriamente ao empenho do governo de gerar emprego e renda no país.

O 1º Seminário integra uma estratégia da EMBRAPA de estabelecer mecanismos que permitam a colaboração, dentro do Programa, de várias instituições governamentais e não governamentais, que o consolidem no âmbito do país. Especialmente porque unidades agrícolas familiares inserem-se de formas diversas no contexto do país. No Nordeste, por exemplo, ela repre-

senta 74% do pessoal ocupado na agricultura. Na Região Sul, são 62%. Já no Centro Oeste, o índice do pessoal ocupado é de 17%. Além disso, há que se observar a diversidade agroecológica em que estão instaladas, o que desautoriza qualquer tentativa de elaborar soluções únicas para ela. Assim, um dos objetivos do seminário é definir temas e formas de interação intra e interinstitucional que levem em conta a execução do programa nas distintas regiões do país.

De antemão, deve-se enfatizar a viabilidade da agricultura familiar. Não como inspiradora de políticas de assistência social, mas devido ao seu potencial produtivo e econômico e à sua grande capacidade de adaptação frente a contextos ecológicos e econômicos muito variados. O empenho da EMBRAPA em discutir diretrizes e ações, em termos de demandas de apoio e de produção científica, assenta-se no potencial que apresenta de encaminhar soluções satisfatórias e não excludentes para críticos problemas do país. É claro o papel de "amortecedor" da violência das crises econômicas, face à sua capacidade de absorção de mão de obra. Além do que, o custo de geração de um emprego no campo é, pelo menos, cinco vezes menor que o de um emprego na construção civil. E o estrato de estabelecimentos de até 10 ha, onde a agricultura familiar predomina, embora corresponda a apenas 2,6% da área total, ocupa 10 vezes mais pessoas que o estrato de 1.000 ha.

O 1º Seminário pretende chegar ao fim dos seus debates com uma proposta de trabalho consolidada para o Programa 09 - Sistemas de Produção da Agricultura Familiar. Há que se superar várias deficiências da pesquisa com relação ao setor. É preciso, por exemplo, rever o modelo de alto consumo energético e elevado custo dos insumos, próprio dos países desenvolvidos. Este modelo privilegiou um tipo de pesquisa monodisciplinar, meramente tecnológica, negligenciando a importância dos efeitos socioeconômicos e ecológicos delas decorrentes.



EXPEDIENTE

É uma publicação sob responsabilidade da Chefia Geral do CPATSA-EMBRAPA. Endereço: Br 428 - Km 152 - Zona Rural, CP 23, Fone: (081) 862-1711, Fax: (081) 862-1744, CEP 56300-000 - Petrolina-PE. **Chefe Geral:** Manoel Abílio de Queiróz. **Chefe de Pesquisa e Desenvolvimento:** Luiz Balbino Morgado. **Chefe de Apoio Técnico:** Eduardo Assis Menezes. **Chefe Apoio Administrativo:** Gildo Freitas de Almeida. **Chefe da Área de Difusão e Transferência de Tecnologia:** Francisco Lopes Filho. **Redator-Editor/Jornalista Responsável:** Marcelino Lourenço Ribeiro Neto. **Editoração Eletrônica:** Intermédio Comunicação (081) 861-1016. É permitida a reprodução de qualquer matéria desde que citada a fonte.

ENTREVISTA**Ricardo Abramovay**

TSA. O que define a agricultura familiar?

R. A agricultura familiar é aquela onde a gestão, a propriedade dos meios de produção e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de parentesco.

TSA. Qual a dimensão da agricultura familiar no Brasil?

R. Os dados estatísticos não permitem uma resposta imediata a esta questão. As informações do Censo Agropecuário não estão organizadas segundo a definição fornecida logo acima. De qualquer maneira, os estabelecimentos que, em 1985 não empregavam qualquer trabalho assalariado somados com os que só empregavam temporários correspondem a mais de 80% do total. Este dado é importante, mas insuficiente, tanto pelas características do próprio Censo como por um aspecto mais importante. Não basta saber quantos são os agricultores familiares: é preciso saber qual a sua participação na ocupação do espaço rural e sobretudo qual a sua participação no valor da produção. Ai, uma leitura nacional é quase impossível. Nos três Estados do Sul do país, os agricultores familiares além de serem socialmente majoritários respondem pela maior parte do valor da produção. Não é o caso de São Paulo, embora em produtos como algodão e avicultura eles sejam majoritários sob o ângulo da oferta.

TSA. Como o Sr. avalia a eficiência da Agricultura Familiar no Brasil?

R. Um dos parâmetros mais importantes de eficiência na agricultura é a intensidade do uso do solo. Desde o início dos anos 1970, os estudos internacionais mostraram que, de maneira geral, os menores produtores tendem a intensificar o uso do solo, movidos por sua própria pobreza. De certa forma, é um parâmetro de eficiência, mas vamos convir, bastante perverso; é a eficiência da pobreza. O que entretanto as pesquisas recentes têm mostrado é que naquelas regiões em que os agricultores familiares foram dotados de um mínimo de fatores (e antes de tudo de uma certa superfície de terra) e sobretudo de um ambiente econômico e institucional propício a sua plena inserção na economia de mercado,



ARQUIVO

Professor do Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, Ricardo Abramovay é um dos maiores especialistas brasileiros nas questões relacionadas à agricultura familiar. Ele é autor do livro "Paradigmas do Capitalista Agrário em Questão", dentre outros.

o desenvolvimento social desta forma foi importantíssimo. Neste sentido, embora a maior parte da agricultura em nosso país seja pequena e se encontre em situação precária, não se pode mais assimilar conceitualmente agricultura familiar e pequena produção. Por que? Por que existe um amplo segmento de agricultores familiares que já não tem mais nada a ver com aquilo que convencionalmente entendemos por "pequena produção" ou "produção de baixa renda": estão integrados em sistemas nacionais e mesmo internacionais de crédito, investem correm riscos, são inovadores tecnológicos, em suma, são eficientes não pela sua pobreza, mas antes de tudo pelos efeitos que o dinamismo que os caracteriza traz para toda a sociedade.

TSA. A Agricultura Familiar é uma característica da agricultura brasileira ou ela ocorre também em outros países?

R. Contrariamente ao que se pensava até muito recentemente, não existe nenhuma tendência inelutável ao desaparecimento da agricultura familiar. Isso não é romantismo nem tampouco uma exaltação gratuita das virtudes bucólicas desta forma social. São as particularidades da agricultura que explicam aquilo que muitos especialistas não enfatizam de maneira suficiente entre nós: foi sobre a base da agricultura familiar que se ergueu a potência agrícola de abso-

lutamente de todos os países capitalistas avançados, inclusive dos Estados Unidos e do Canadá. As imensas extensões territoriais cheias de trabalhadores assalariados em situação mais ou menos precárias são características daqueles países e regiões onde o peso da herança colonial latifundiária é muito forte. Quanto mais a sociedade consegue se contrapor aos interesses da oligarquia fundiária, mais ela tende a democratizar o acesso à terra e valorizar a agricultura familiar como forma social particularmente eficiente de uso do solo.

TSA. Que perspectivas o Sr. vê para a agricultura familiar no Brasil e quais as prioridades de política agrícola para o seu fortalecimento?

R. Há indicações de que estamos passando por uma transição na política agrícola

la no sentido de uma opção pela agricultura familiar. Só que esta opção não depende só do governo. Ela supõe um profundo movimento de descentralização e o aumento da participação dos agricultores na gestão dos recursos locais, inclusive do crédito rural, que é um serviço social suficientemente importante para que sua alocação não fique exclusivamente não fique à mercê da lógica imediata do sistema bancário. Ela supõe também a busca, por parte das próprias associações de produtores, de novas opções e mercados que evitem ao máximo que os agricultores familiares estejam associados a produtos de baixo valor agregado.

TSA. Qual a contribuição específica da pesquisa neste sentido?

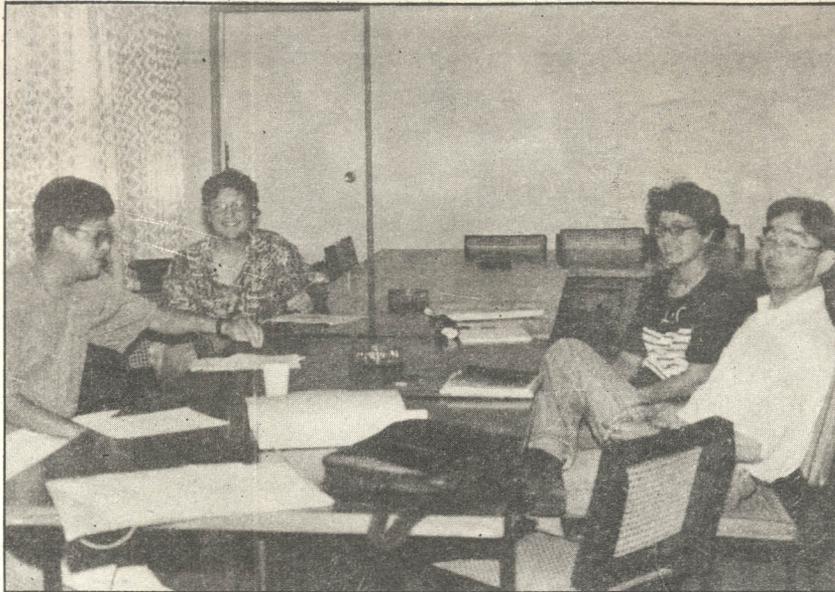
R. Estamos passando pela formação de um novo paradigma em termos de pesquisa agropecuária no plano internacional. O desafio central não é mais o de obter rendimentos máximos por produtos, mas de contribuir ao estabelecimento de sistemas produtivos adaptados às realidades sociais e regionais que ficaram à margem daquilo que hoje já se chama primeira revolução verde. Tecnologias mais intensivas em conhecimento do que em capital podem ser uma base para valorização do trabalho de agricultores e regiões até aqui considerados inviáveis.

EMBRAPA - CIRAD

Cooperação desenvolve metodologia de pesquisa

O acordo de cooperação que a EMBRAPA mantém com a instituição francesa CIRAD-SAR, há 15 anos, já gerou diversas metodologias de abordagem da agricultura familiar. Uma delas, cria métodos de validação e instrumentos de apoio às unidades de produção familiar em escala regional, e não apenas ao nível de propriedade. O Projeto Silvânia (GO), um dos mais bem sucedidos do Programa 09 - Sistemas de Produção da Agricultura Familiar, da EMBRAPA, valeu-se desses métodos e instrumentos para implementar o seu enfoque de pesquisa e desenvolvimento. O CIRAD-SAR trabalha em parceria com 3 centros ecorregionais da EMBRAPA: o CPATSA, em Petrolina (PE), desde 1983; o Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado, em Planaltina (DF); e, mais recentemente, o Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido.

O Engº Agrº e Sociólogo, Eric Sabourin, consultor do CIRAD-SAR no CPATSA, distingue três fases nos trabalhos de cooperação com a empresa brasileira no semi-árido. A primeira (84-86), caracterizou-se pela elaboração de metodologias de diagnóstico das unidades de produção e, posterior teste e sugestão de



O pesquisador Pedro Gama do CPATSA, e os consultores do CIRAD-SAR, Denis Saultier, Claire Cerdan e Eric Sabourin, estudam metodologias da abordagem da agricultura familiar.

tecnologias adaptadas às condições socioeconômicas dos agricultores. Essa fase, associava os organismos de pesquisa, de desenvolvimento local e os produtores.

A passagem à fase seguinte (87-90) significou uma mudança de escala: da propriedade para a comunidade de uma pequena região. Aqui, tratava-se do apoio à elaboração de métodos de intervenção no meio real. Eric explica que a proposta que se fazia era de tirar a pesquisa dos campos experimentais e levá-la a

considerar as condições concretas nas quais trabalhavam os agricultores.

A partir de 1990, a EMBRAPA-CPATSA e o CIRAD-SAR iniciaram um novo trabalho que, segundo Eric, adaptava as propostas experimentadas em nível "micro" (local) para escalas mais abrangentes (municípios, estados e regiões). Consequência desse enfoque, foi a primeira experiência de planejamento agropecuário municipal com a criação da Unidade de Planejamento Agropecuário (UPAGRO) em Juazeiro (BA). Neste mesmo município, durante os anos de 92 e 93, foi feito um Zoneamento Municipal por unidade de desenvolvimento (Leia Box). O Zoneamento Agroecológico do Nordeste, um trabalho de escala regional que contou com a colaboração do

ORSTOM - instituição francesa, é desta mesma época.

A partir de 1993, a implantação do Programa 09, está permitindo a emergência de análises comparativas entre projetos diferentes assim como o fortalecimento da produção de pesquisa a nível nacional. O CIRAD-SAR está se organizando para contribuir para essa consolidação científica do Programa Nacional de Pesquisa em Agricultura Familiar da EMBRAPA.

Zoneamento identifica unidades de desenvolvimento

No atual estágio de reorganização da sociedade brasileira, está em curso o debate sobre a municipalização. Cerca de 90% dos municípios brasileiros têm na agricultura a base de sua economia e existência, e abrigam, aproximadamente, 75% da população do país no campo e cidades do interior. Neste sentido, é necessário encontrar métodos e instrumentos relacionados com o planejamento municipal que consigam ser ágeis, eficientes e expressem a visão dos agentes que integram o espaço agrário do município. Estas concepções orientaram o Zoneamento das Unidades de Desenvolvimento do Município de Juazeiro (BA), realizado pelo CPATSA, CIRAD-SAR e Associação de Desenvolvimento e Ação Comunitária (ADAC).

Os dados científicos sobre recursos naturais geralmente não estão disponíveis na escala de um município. O Zoneamento recorreu a levantamento e análise bibliográfica. Além disso, valeu-se de entrevistas com

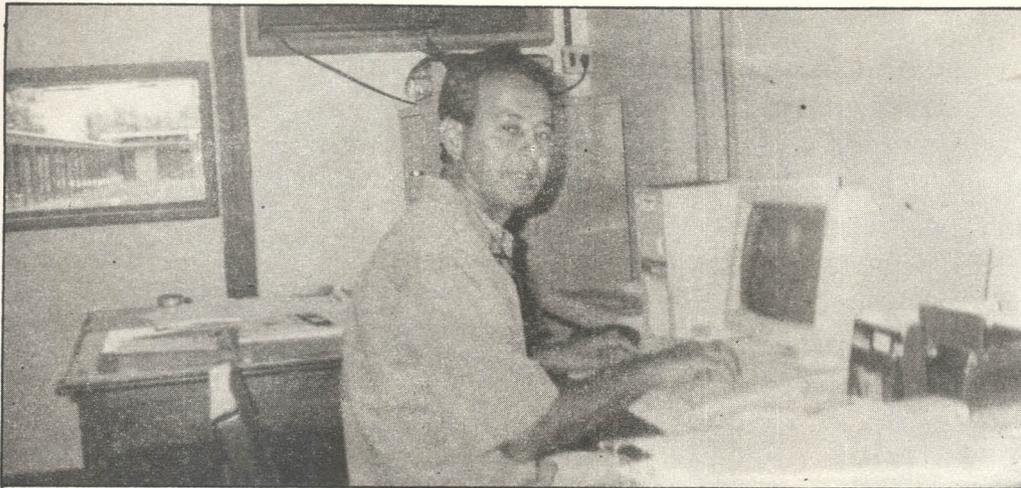
pessoas-chave cujo roteiro fundamentou-se em temas como atividades produtivas, recursos naturais, estrutura fundiária, comunidades/infra-estruturas, mercado/comercialização. Este roteiro objetivava contemplar a problemática agrária geral. Com as informações sistematizadas, identificou-se seis zonas com potencialidades de desenvolvimento distintas. Elas, por sua vez, foram subdivididas em áreas com situações agrárias e problemática de desenvolvimento diversas.

Assim é que, a Zona 1, por exemplo, compreende toda a área onde desenvolve-se a agricultura irrigada. Dentro dela, constatou-se cinco unidades diferentes: Margem do São Francisco, Vale do Salitre, Perímetros públicos de irrigação, Açudes públicos e Adutora da Caraíba Metais. As outras zonas são: Integração sequeiro-irrigação/mineração, Agricultura de sequeiro e pecuária, Pecuária e extrativismo, Pecuária e Preservação ambiental.

Na conclusão do documento que apresenta o Zoneamento, está escrito que "inicialmente" a importância do trabalho se dará pela sua utilização na elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural do município. Ele, também, poderá ser utilizado pelos órgãos de assistência técnica, no sentido de redimensionarem suas ações ao nível do campo, buscando aumentar eficiência e competência no atendimento das demandas existentes no meio rural.

Utilizando a metodologia de "Entrevistas com pessoas-chaves", pesquisadores do CPATSA e do CIRAD-SAR realizaram um Zoneamento Agrossocioeconômico dos Tabuleiros Costeiros e da Baixada Litorânea do Estado de Sergipe. É a primeira etapa do projeto "Desenvolvimento de Agrossistemas sustentáveis para a pequena produção nos Tabuleiros Costeiros e Baixada Litorânea", vinculado ao Programa 09. Num outro município, em Campina Grande (PB), foi feito um Zoneamento Agroecológico.

Programa pretende um novo modelo de agricultura



ARQUIVO

Clóvis Guimarães é o Secretário Executivo do Programa de pesquisa sobre Sistemas de Produção da Agricultura Familiar.

Os estabelecimentos rurais de até 100 ha (21% da área agrícola total do Brasil) tem participação expressiva na produção agrícola do país e na geração de emprego e renda para vastos contingentes da população brasileira. Em culturas de exportação, como laranja, soja e café, sua participação na produção varia de 34 a 45% do total. Naquelas voltadas para o abastecimento alimentar interno como milho, feijão e mandioca, aquelas propriedades concentram cerca de 69, 79 e 87% da produção nacional, respectivamente. Considerando a ocupação de mão-de-obra em área de menos de 50 ha, tem-se 16 milhões de pessoas. Nada menos que 70% de todos os ativos do setor agropecuário no Brasil.

Com estes números trabalha o Programa 09 - Sistemas de Produção da Agricultura Familiar, da EMBRAPA. Segundo o pesquisador do CPATSA, Clóvis Guimarães Filho, seu Secretário Executivo, a implementação de um programa de pesquisa que enfatize o desenvolvimento das unidades familiares no Brasil é "fundamental e necessário" pelo seu potencial de constituir-se em parte importante da solução de problemas do país, por sua capacidade de absorver mão-de-obra, garantir a estabilidade de produção e oferta de produtos básicos para o consumo humano, e melhorar o uso dos recursos naturais e da gestão do espaço rural contribuindo para a preservação do meio ambiente físico e cultural.

Repensar a pesquisa agrícola

Para Clóvis Guimarães, o aproveitamento efetivo dessas potencialidades implica na necessidade de alterar o modelo de exploração agrícola adotado no Brasil. Nos últimos quinze anos, enquanto a produção de grãos aumentava cerca de 35%, demandando um acréscimo de área cultivada de apenas 7%, os agricultores empobreciam cerca de 38% e a agricultura, que representava 14% do PIB nacional, caiu para 11%.

Esse modelo, ainda acentuou o processo de concentração de renda. O segmento dos 50% mais pobres que detinha, em 1970, 22,4% da renda agrícola, dez anos depois passou a deter apenas 14,9%. Em sentido inverso, no mesmo período, o segmento dos 1% mais ricos saltou de 10,5% para 29,3% da renda agrícola.

Na opinião do Secretário Executivo do Programa 09, a modificação desse modelo implica no repensar da pesquisa agropecuária. Priorizá-lo, é uma das condições fundamentais à viabilização da agricultura familiar no Brasil. A FAO considera que a inovação tecnológica, com um esforço de capacitação e com a organização dos produtores, constituem o tripé básico para uma estratégia de desenvolvimento voltada para os interesses desse segmento agrícola.

Conhecimento teórico e prático

Dentro desse enfoque, as inovações tecnológicas deveriam favorecer a poupança de capital, aproveitando o máximo possível a mão-de-obra disponível. Neste sentido, afirma Clóvis, a capacitação deve privilegiar a ampliação dos conhecimentos e habilidades produtivas, elevar a produtividade da mão-de-obra e, sobretudo, estimular as mudanças de valores. A organização, por seu lado, objetiva a redução da dependência externa das unidades familiares, a redução dos custos de produção e aumento do valor de venda e a viabilização da economia de escala.

Constata Clóvis que, o segmento das unidades familiares não tem sido, "até hoje", contemplado pelas políticas governamentais - "inclusive pela pesquisa". Assim, torna-se necessário o conhecimento teórico e prático dos seus sistemas de produção, incluindo seus recursos e sua racionalidade, para que respostas efetivas possam ser dadas às suas necessidades.

Governo Federal quer fortalecer Agricultura Familiar

O Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária (MAARA) tem elaborado um Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Para o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, isso representa todo um esforço de redirecionamento da política de desenvolvimento econômico, em busca da justiça social já que ela é um amplo setor da agricultura que esteve à margem das políticas públicas nos últimos anos. Segundo o Presidente, os limitados recursos que o Governo dispõe precisam ser redirecionados para a agricultura familiar, ficando o financiamento dos produtores capitalistas a ser resolvido pelo mercado.

O PRONAF, conforme o documento que o fundamenta, é uma proposta de desenvolvimento rural que tem como propósito maior organizar as ações do Governo, para que se criem e fortaleçam as condições objetivas para o aumento da capacidade produtiva, a melhoria da qualidade de vida e pleno exercício da cidadania no campo por parte daqueles que integram o regime da agricultura familiar. Na sua concepção, este processo deve ocorrer considerando a necessidade de uma melhor ocupação do espaço geográfico e da redução dos desequilíbrios sociais e regionais.

O PRONAF adota três programas básicos: um, o "Programa de Estabilização Econômica da Agricultura Familiar", no qual o Governo estará alocando recursos do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) a fim de, juntamente com outras fontes, prover um novo sistema de financiamento desse segmento agrícola. Está previsto facilitar a integração de agricultores ao mercado, e sensibilizar os governos estaduais e municipais para mudanças necessárias de suas políticas tributárias.

Outro item do PRONAF é o "Programa de Descentralização de Serviços de Apoio ao Desenvolvimento Rural". Através dele, pretende-se um ajuste conceitual, metodológico e gerencial da pesquisa às necessidades específicas da agricultura familiar. O PRONAF recomenda que a pesquisa se concentre em sistemas de produção integral, típicos da agricultura familiar, e que o modelo de pesquisa passe a atuar por demanda dos usuários, diretamente através de suas organizações representativas. Ele deverá, também, fornecer o apoio necessário ao sistema de assistência técnica e extensão rural para readequação do seu trabalho tendo o processo educativo como base de sua orientação. Nesse programa também está previsto o apoio ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

Por fim, o "Programa de Reordenamento e Ampliação da Infra-estrutura Rural". Neste, por meio de parcerias, especialmente com os municípios, se buscará, financiar a implantação de infra-estrutura adequada ao fortalecimento da agricultura familiar e promover o acesso a serviços sociais básicos indispensáveis à população.

Até 1998, final do atual período de governo, o PRONAF pretende atingir um total de 3.000 municípios, cobrindo uma quantidade de cerca de 4,4 milhões de famílias, ou seja, 17,6 milhões de pessoas.

A Agricultura Familiar é uma base segura para um modelo de desenvolvimento social, ecológico e econômico sustentável. Esta é uma das idéias básicas do Programa 09 - Sistemas de Produção da Agricultura Familiar (SPAF). Os 20 projetos e os 80 subprojetos que o compõem, o abordam sobre prismas diversos: caracterização socioeconômica da pequena produção, estudo de método de elaboração e operacionalização de planos de desenvolvimento agropecuário comunitário e municipal, desenvolvimento de sistemas diversificados de produção e agrossistemas sustentáveis, pesquisa participativa etc. Iniciadas em 1993, as ações do Programa já atingem todas as regiões do país de forma expressiva. Eis alguns exemplos:

Projeto analisa situação de assentados

A rearticulação da luta pela posse da terra no Rio Grande do Sul (RS), através do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MST), levou à implantação de vários projetos de assentamentos agrários. Nas regiões metropolitana de Porto Alegre e Alto Taquari estão instalados 14, onde 538 famílias ocupam 10.222 ha. Os assentamentos têm, em comum, problemas como área inadequada; falta de recursos financeiros para custeio, investimento e infra-estrutura; falta de conhecimentos gerenciais e tecnológicos; a reação preconceituosa e o pouco apoio das comunidades locais e dos serviços públicos oferecidos em nível de município. Além disso, há as condições desfavoráveis da política agrícola para produção familiar.

O projeto elaborado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RS) - "Caracterização e análise dos sistemas produtivos e organizativo dos assentamentos das regiões da depressão central e zona sul do Estado" para enfrentar aqueles

problemas integra a EMBRAPA, órgãos públicos e os assentados por meio das suas formas de representação: MST, Cooperativa Central dos Assentados do Estado do Rio Grande do Sul (COCEARGS), INCRA, Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, e instituições governamentais e ONGs articulados em Fóruns Regionais dos Assentados. A estratégia de ação do projeto procura identificar os sistemas produtivos e organizativos dos assentados, sua racionalidade e lógica interna dos itinerários técnicos, utilizando a metodologia de "Diagnóstico Rápido em Sistemas de Produção".

Com esse diagnóstico pretende-se conhecer os principais pontos de estrangulamento vivenciados pelos assentados. E, a partir daí, definir alternativas para os assentamentos visando o seu desenvolvimento e consolidação enquanto unidade produtiva sustentável do ponto de vista econômico, ecológico, energético e social.

Agricultores do semi-árido estão sendo caracterizados

Seis mil agricultores das 110 Unidades Geoambientais que compõem o semi-árido da Região Nordeste, estão sendo estudados em suas características agrossocioeconômicas. Este, é um trabalho que visa formar um banco de dados com variáveis que tratadas por métodos estatísticos, tipificam o pequeno produtor rural e seus sistemas agrários. Faz parte do projeto "Estudo das variáveis agrossocioeconômicas que caracterizam um pequeno produtor rural do Nordeste semi-árido: uma base para formulação de políticas de desenvolvimento para região", liderado pelo CPATSA e tem como parceiros a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), o Centro Nacional de Pesquisa do Meio Ambiente (CNPMA) e a ONG, Associação de Desenvolvimento e Ação Comunitária (ADAC).

O projeto considera que o adequado conhecimento das circunstâncias do pequeno produtor é fundamental em todo o processo de pesquisa e difusão de tecnologia. A

ele já estão incorporado subprojetos que tratam, dentre outras questões, da geração e adoção de tecnologia para pequena produção, da tipologia e causas da baixa absorção de tecnologias por esse segmento agrícola, além de levantamento e avaliação sociotécnica de culturas.

Com o término para 1997, esse trabalho que o CPATSA lidera pretende determinar quais fatores que limitam o acesso ao crédito rural e estabelecer a taxa de juros possível de ser cobrada pelas instituições bancárias aos agricultores. Com base nos dados já levantados, o projeto gerou as seguintes publicações "Vulnerabilidade dos pequenos agricultores em relação às tecnologias de convivência com a seca: um estudo de caso"; "Pequenos agricultores da região semi-árida do Nordeste brasileiro e o uso de tecnologias tradicionais: um estudo de caso"; "Adoção de tecnologia para convivência do homem com a seca na região semi-árida do Nordeste brasileiro: o caso da cisterna rural".

Projeto Silvânia: pesquisa promove desenvolvimento

As conquistas materiais dos agricultores de Silvânia (GO) são evidentes. Em 1993 organizados em associações tiveram acesso a créditos acumulados de US\$ 3,2 milhões do fundo constitucional de financiamento do Centro Oeste (FCO), com o qual compraram 16 tratores 7 mil toneladas de calcário, 1500 vacas leiteiras, cerca de 100 misturadores de coletivos 4 caminhonete, 16 equipamentos de inseminação artificial e construíram centros agroalimentares de transformação comunitários. Em Silvânia está instalado um dos projetos de maior evidência, pelos resultados já apresentados, dentro do Programa 09.

Do seu início em 1986 até hoje, o projeto passou por três fases distintas. Na primeira, de 1986 a 1989, era denominado "Projeto sobre os sistemas integrados de produção num município

representativo do meio agroecológico dos Cerrados". Suas propostas consistiam em realizar um diagnóstico das Unidades de produção e depois testar e sugerir tecnologias adaptadas às condições sócioeconômicas dos agricultores. Como os resultados não fossem o esperado, passou-se a considerar que, para atender aos problemas dos produtores, seria necessário trabalhar a nível das comunidades rurais e não apenas com agricultores isolados.

Assim, na segunda fase (1990 - 1991) o projeto de pesquisa - "Implantação do processo Pesquisa - Desenvolvimento na transferência de Tecnologias do município de Silvânia" - visa promover a adoção de tecnologias pelos produtores a partir de uma estratégia comunitária. As atividades nele definidas abrangem três pontos: diagnóstico e

atuação a nível das comunidades, estudo específico do Sistema agrário e acompanhamento das fazendas de referência. Contudo, o aparecimento de associações de pequenos e médios agricultores levou o projeto a ultrapassar a simples transferência de tecnologia para apoiar o processo de desenvolvimento em seu conjunto.

Na terceira fase (1992 - 1994), o projeto passou a ter o título "Utilização do Processo Pesquisa - Desenvolvimento para desenvolvimento da pequena agricultura na região de Silvânia". Sete subprojetos estão a ele vinculados. Procuram, dentre outras coisas, formar um banco de dados georeferenciados, para acompanhar as decisões técnicas e financeiras de uma rede de fazendas que sirvam de referências locais para os produtores vizinhos.